UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BENEDITA RONDON DE ALMEIDA

QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

BENEDITA RONDON DE ALMEIDA

QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A447q ALMEIDA, Benedita Rondon de .

Questões afro-brasileiras no ensino de história. / Benedita Rondon de ALMEIDA. – Araguaína, TO, 2017.

38 1

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins — Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de História, 2017.

Orientadora: Rosária Helena Ruiz Nacashima

Ensino de História.
 Questões afro-brasileiras.
 Planejamento do ensino.
 Telecurso.
 Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9,610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BENEDITA RONDON DE ALMEIDA

QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima

Aprovada em: 03 / 05 / /2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vera Lúcia Caixeta

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me concedeu vida e saúde para chegar ao final desta jornada e realizar este sonho.

Agradeço a todos os meus professores que me incentivam a superar minhas dificuldades de aprendizagem, minhas limitações e não medirem esforços para me ajudar a trilhar esta jornada.

Ao Prof. Luciano Galdino que, enquanto coordenador do curso, sempre esteve pronto a me ajudar nas questões acadêmicas, me incentivando a superar minhas dificuldades.

De modo especial agradeço a professora Rosária Nakashima, minha orientadora, que com muita generosidade abraçou minha causa me ajudando a desenvolver esta pesquisa. Suas orientações foram preciosas. Obrigada pela paciência e compreensão nos meus momentos difíceis e pelas palavras de encorajamento para a concluir o curso.

Aos meus colegas acadêmicos que foram companheiros, que me ajudaram e aos que me contagiaram com vigor de sua juventude e a leveza de ser. Em especial aos monitores que me orientaram nas dificuldades acadêmicas, de forma especial: Bruna da Silva Cardoso, Daniel Bueno da Silva, Katiucia Nardes, Brendo Oliveira Machado, Jorge Alves do Carmo e Leidiane Ferreira do Santos que muito me auxiliaram na elaboração dos fichamentos e dos planos de aula. Sem eles não seria possível a finalização deste trabalho.

A minha família, que acreditou em meu potencial e me inspirou a lutar por esta conquista! Agradeço aos meus filhos, netos, irmãos, cunhadas, sobrinhos e agregados. Cada um de vocês foi importante durante este caminhar.

Agradeço a minha filha Vânia Oliveira, que me incentivou a retomar os estudos depois de 52 anos, me encorajando a matrícula no ensino fundamental, ensino médio e vestibular. Obrigada por me fazer acreditar em meu potencial.

À minha filha Tânia Rosa, que me ajudou durante todo o processo acadêmico, me orientando nos trabalhos, me ajudando na pesquisa e me auxiliando com todo o suporte tecnológico. Agradeço pelas horas de dedicação ao lado neste longo percurso trilhado.

Agradeço ainda, aos professores da educação básica das duas escolas onde cursei o ensino fundamental e médio pelo programa de Educação de Jovens e Adultos. A forma como fui acolhida pelos servidores, no meu retorno, foi fundamental para meu ingresso no curso superior. Grata a todos!

RESUMO

As orientações curriculares apontam que os objetivos do aprendizado de História devem ser direcionados para levar o estudante a compreender as problemáticas sociais contemporâneas, explorando diferentes recursos: imagens, vídeos, filmes e entre outros, para pensarem em diferentes contextos da História. Assim, o objetivo geral do trabalho foi sistematizar dois planos de aula, um para o ensino fundamental e outro para o ensino médio, apoiados por vídeos do Telecurso de História. A partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, foi realizado um levantamento bibliográfico e selecionado um livro eletrônico, chamado "Africanidades brasileiras e educação", editado pelo Ministério da Educação (MEC)/TV Escola, que orientou a elaboração dos planos de aula. Concluímos que o ato de planejar não é uma atividade neutra, por isso o tempo todo o professor precisa se perguntar: que sujeito eu quero formar? Por que a seleção de conteúdos que abordem as questões afro-brasileiras são importantes? Quais são as representações sobre o negro presentes na escola?

Palavras-chave: Ensino de História. Questões afro-brasileiras. Planejamento do ensino. Telecurso.

ABSTRACT

The curricular guidelines point out that the objectives of History learning should be directed to the student to understand the contemporary social problems, exploring different resources: images, videos, films and others, to think about different contexts of History. Thus, the general objective of the work was to systematize two lesson plans, one for elementary education and another for secondary education, supported by videos from the Telecurso de História. From a qualitative and exploratory research, a bibliographical survey was carried out and an electronic book was selected, called "Brazilian Africanities and Education", edited by the Ministry of Education (MEC)/TV Escola, which guided the preparation of lesson plans. We conclude that the act of planning is not a neutral activity, so all the time the teacher needs to ask himself: what subject do I want to form? Why is the selection of content that addresses Afro-Brazilian issues important? What are the representations about the black present in school?

Keywords: History Teaching. Afro-Brazilian issues. Teaching planning. Telecurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇAO	9
CAPÍTULO 1: VISÕES SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA	
AFRO-BRASILEIRA	18
CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO DO ENSINO: QUESTÕES AFRO-BRASII	LEIRAS
EM DESTAQUE	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Para iniciar este trabalho de conclusão de curso, achamos importante registrar um pouco de minha história de vida. Para isso, gentilmente a colega Bruna da Silva Cardoso gravou uma entrevista comigo e a produziu um relato bibliográfico, conforme parágrafos a seguir.

Dona Benedita, 77 anos, nasceu em Poconé no estado do Mato Grosso, localizado na região centro-oeste do Brasil. Nasceu de uma família oriunda das classes populares, onde os pais mesmo sem acesso à escolaridade se dedicaram arduamente ao trabalho para prover o sustento dos três filhos. Seus pais se separaram quando Benedita ainda era criança. Sua mãe residente em Poconé abraçou o ofício de costureira para garantir a criação dos filhos. Aos dez anos de idade foi separada do pai quando se mudou com sua mãe para a cidade de Cuiabá. Benedita relata que só voltou a rever seu pai quando adulta e ele idoso, uma relação fragmentada em poucas visitas até a morte dele.

Em Cuiabá também foi separada da mãe por circunstancias de trabalho, sua mãe arrumou um emprego como cozinheira em uma casa que não aceitava empregadas com filhos. Então Benedita foi encaminhada para trabalhar como babá de um recém-nascido e de uma criança de três anos em outra casa, longe de sua mãe. Nessa casa aos poucos o seu trabalho aumentava à medida que ia crescendo, submetida também a trabalhos domésticos. Aos dez anos Benedita acumulava funções de babá e ajudante da empregada doméstica e aos poucos suas funções e responsabilidades aumentava até que assumiu por um período parte do serviço doméstico na casa.

Tempos depois quando a mãe casou novamente, Benedita voltou a morar com a mãe e com os dois irmãos, frutos do segundo casamento de sua mãe. Dona Benedita destaca que os irmãos mais novos e o seu padrasto eram negros, ocasião em que ela teve contato mais próxima com a etnia compartilhando de uma vida e criando laços familiares. Em uma época em

que o preconceito racial era muito acentuado no Brasil e as oportunidades para negros eram escassas, ela pode vivenciar as dificuldades de seus familiares em estudar e trabalhar com o tratamento e oportunidades desiguais. Foi nesse ambiente que Benedita viveu até se casar ainda adolescente, aos 17 anos. Mais uma vez se separou de sua mãe e de seus irmãos para acompanhar o marido para outros estados, morou em: Paraná, Bahia Maranhão e São Paulo. Vieram para o norte de Goiás em busca de um lugar para investir e trabalhar. Como seu marido era autônomo, o interior de Goiás, no contexto de construção da Belém-Brasília, parecia promissor para bons negócios. Chegou a Araguaína juntamente com marido e filhos em agosto de 1973. Foi morar na zona rural e o marido tirou os filhos da escola e levou para o trabalho no campo. Narra que o marido era muito ciumento e ela tinha que estar o tempo todo ao lado dele, viveram juntos durante 30 anos. Uma vida marcada pela abstração de estudo, cultura, lazer, acesso a informação e de muito trabalho.

Depois de constituir uma família, passou a ver sua mãe esporadicamente até seu falecimento em 2004. Benedita também aprendeu a costurar, seguindo o ofício de sua mãe costurava mais para suprir a necessidade de seus filhos. Mãe de onze filhos, dedicou sua vida na criação e educação deles. Em 1982 se separou do marido com ainda quatro filhos menores e passou por muitas dificuldades até que todos se tornassem adultos e independentes.

Em relação à vida escolar, destaca a rigidez das escolas da época. Começou a estudar por volta de 1947, com sete anos de idade. Sua primeira professora que foi também sua madrinha de crisma se chamava Angelina, por quem Dona Benedita tinha muito apreço. Enfrentou durante a infância muitas dificuldades familiares e escolares. Não havia nenhum apoio do estado nem município para o material escolar, a família era responsabilizada em adquirir. Dependendo das condições familiares o ensino era extremamente prejudicado, pois o aluno não tinha acesso a livros e outros materiais de suporte. Sua educação primária foi marcada pelo uso da palmatória na escola. Dona Benedita destaca que teve dificuldades de aprender o ABC e a tabuada, chegando a levar várias palmatórias. Com o período escolar marcado pela

agressividade de uma metodologia severa e violenta, as lembranças da escola estão recheadas de cenas de castigos e punições por dificuldade de assimilação. Ainda se lembra de sua segunda professora, chamada, Rita, uma senhora devota de Santa Rita e extremamente atenciosa com os alunos. O modo com que era tratada pela professora proveu uma memória de boas lembranças. Trata-se de uma professora que cativava as crianças, promovia atividades diferentes além de momentos de confraternizações na sala de aula, além de compreender as diversas dificuldades de aprendizagem dos alunos e destinando uma atenção diferenciada a cada um. Ressalta-se aqui como a afetividade e respeito pelos alunos fazem diferença no processo de ensino. Mesmo durante a ditadura militar em que a ordem era obedecer e professores eram verdadeiros generais em sala de aula, alguns se destacaram pela forma humanizada em que tratavam os alunos. Esses, com certeza, escrevem na memória de muitas crianças como o respeito pelo outro pode contribuir pera a formação de uma pessoa melhor, fazendo um adulto de conduta justa, igualitária e com respeito a individualidade.

Dona Benedita ainda se recorda das primeiras escolas que estudou: a primeira era a Escola General Caetano de Albuquerque que tinha como diretor o Senhor José Caporossi, uma escola privada, custeada com muito sacrifício pela sua mãe. Todos os dias o professor passava uma tarefa para casa. Nesse período Dona Benedita ficou dispersa da escola e por isso foi repreendida e chegou a ficar de castigo. O castigo era ficar depois do horário de aula escrevendo os números de 1 a 1000. Depois de várias sessões de castigo passou a ser mais ativa, e passou a fazer todas as tarefas. Outro castigo cruel era a "sabatina", momento de responder a tabuada, quando conseguia acertar todas as perguntas era castigada com a palmatória. A disciplina era destacada como o ensinamento mais importante, as crianças nem sequer podiam se movimentar na sala de aula que os professores repreendiam e as puniam. O civismo era obrigatório, todos os alunos eram obrigados a cantarem o hino nacional diariamente em momentos cívicos, assim como conhecer todos os outros símbolos nacionais: como brasão e bandeira.

Concluiu o 1º ano aos dez anos de idade. Foi nesse período que se mudou para Cuiabá com a mãe. Por já saber ler e escrever foi matriculada no 3º ano, para isso fez uma prova de admissão, que consistia em avaliar as habilidades do aluno referente a sua idade para ingresso no ano correspondente. Conseguiu se matricular na Escola Estadual Jose Magno, onde aos doze anos iniciou o 4º ano, mas não concluiu, porque deixou de fazer a prova final. Nesta ocasião abandonou os estudos.

Dona Benedita passou 52 anos sem estudar. Parou aos 12 anos de idade e volta a estudar aos 64. Período em que se dedicou apenas a criação dos filhos e ajudou seu marido nos trabalhos no campo. Separada e com os filhos criados decidiu retomar seus estudos. Ao decidir retomar seus estudos foi em busca de documentos em sua antiga escola primária. Encontrou seu histórico escolar no "arquivo morto" da Escola Estadual José Magno, onde estudou pela última vez antes de abandonar os estudos. Movida pela vontade de novas perspectivas na vida e incentivada pelas suas filhas, ambas professoras da rede básica de ensino, retoma seus estudos.

Retoma seus estudos na Escola Joaquim de Brito Paranaguá em Araguaína-TO, cursa o ensino fundamental EJA, (5ª série). Teve muitas dificuldades pela falta de hábito de leitura e afirma que a memória já não a ajudava muito. Com o apoio dos professores e colegas de sala enfrentou suas limitações e conseguiu concluir o ensino fundamental, o que a estimular a tentar fazer o médio.

Ao concluir o ensino fundamental se matriculou no Colégio Estadual José Alves Batista, onde cursou o ensino médio EJA. Concluiu no ano de 2008. Nesse mesmo ano tentou o vestibular na Universidade Federal do Tocantins-UFT. Aprovada ingressou no ensino superior em 2009. Dona Benedita relata que em sua memória o que mais marcou o seu aprendizado foram as aulas de história e por ter vivido tantos contextos históricos no decorrer de sua vida e ainda ter uma filha e um genro formados na área, a estimulou a escolha do curso.

Parecia um sonho, Dona Benedita não acreditava inicialmente que tinha conseguido, porque pensava que não seria capaz de ir tão longe já na terceira idade. Cursar uma universidade para ela era um sonho distante.

Sobre o ingresso da universidade, afirma que o primeiro período foi muito difícil, ficou nervosa, passou por reprovações nas disciplinas pelas dificuldades. Segundo Dona Benedita, ainda sentia a sensação que ia ser punida caso não conseguisse ser aprovada nas disciplinas assim como era punida nos tempos da palmatória. Em muitos momentos suscitou a ideia de desistir, se julgava incapaz de acompanhar discussões tão complexas e produzir trabalhos tão difíceis para seu nível de conhecimento. Além de um estudo básico fragmentado, com uma lacuna de mais de 50 anos, contribuía negativamente para o estudo os problemas de saúde oriundos da própria idade, baixa visão, dificuldade em memoriar, entre outros. O apoio da família, de professores e colegas foram determinantes para enfrentar todos os obstáculos com esforço e persistência para superar suas limitações e cursar a tão sonhada universidade.

Hoje, com a ajuda de professores, coordenadores e colegas chega à reta final de uma árdua trajetória e espera concluir o curso superior, o que apenas as suas duas filhas conseguiram, Vania Oliveira, formada em História, professora da educação básica pela rede Municipal e Tânia Rosa, formada em Letras, com mestrado na UFT, atualmente no doutorado. Também professora no ensino básico pela rede estadual.

Dona Benedita destaca que nos estágios supervisionados percebeu a falta de respeito dos alunos em relação aos professores. Segundo ela, nos seus tempos de escola o respeito ao professor era lei. O professor era autoridade na sala de aula, os alunos até o reverenciavam ficando de pé ao receber o professor em sala. Ritual que se repetia diariamente e que marcou uma geração que via no professor o detentor do conhecimento, o sábio que transmitia seus saberes acumulados ao longo de uma experiência profissional. Infelizmente ficou chocada com a postura dos alunos atualmente que não sabem lhe dar com a liberdade e acabam por transformá-la em indisciplina. É inevitável comparar as posturas dos alunos que antes viviam sobre um sistema rígido com os da atualidade que não sabem usufruir com responsabilidade seus direitos adquiridos. O que a faz refletir sobre o fazer do professor em tempos modernos.

Outra experiência marcante na vida de Benedita, foi na Universidade da Maturidade (UMA), que cursou paralelo ao curso de história, onde fez novas amizades. Segundo ela, encontrou pessoas alegres, com quem teve muitas conversas interessantes, muitas atividades em grupo, viagens. Chegou a viajar para São Luís, Palmas e Foz do Iguaçu, onde conheceu as Cataratas. Ficou na UMA durante dois anos, ingressou em 2011 e a formatura em 2013. Sente vontade de retornar, mas afirma que deseja primeiro concluir o Curso de História, pois este representa para ela um presente que vai deixar para a família.

Dona Benedita destaca que em sua vida teve muitos momentos bons, mas também momentos ruins marcados pela dor de perder um filho ainda jovem em 1984. E outro filho já adulto falece em 2013. Relata ainda sobre uma irmã que nunca conheceu, pois durante a separação a mãe deu a filha para adoção. Em uma vida marcada pela dor da perda e da separação, pelo sacrifício do trabalho pesado, pelas angustias provenientes de incertezas de um futuro melhor ela depositou no estudo uma oportunidade de viver uma experiência positiva. Nesse sentido, o curso de História representa para Dona Benedita uma bênção, um momento de vitória que em meios a tantos percalços na vida, graduar significa uma grande conquista.

Enquanto que para os acadêmicos que seguem a vida em um curso cronológico em que o estudo marca o início de uma trajetória, na vida de Benedita encerra uma grande jornada de lutas, de persistência e representa o cumprimento de uma etapa feliz de realização pessoal.

Como foi possível perceber, foram muitas lutas para chegar até aqui! Depois de mais de 50 anos retomar os estudos e entrar em uma universidade foi um desafio muito grande! Nesse percurso, muitos professores e colegas do curso sempre falavam sobre a importância de modificações no ensino da História e foi isso que chamou atenção dela e a motivou fazer este trabalho monográfico, que pode não influenciar mais na sua vida, mas deixa sua contribuição aos alunos vindouros, ao levantar esta discussão sobre o ensino de história.

Perspectivas a respeito da reflexão sobre questões afro-brasileiras no ensino de história

As mudanças sociais, tecnológicas, culturais vivenciadas por crianças e jovens na atualidade apresentam a necessidade de construção de uma escola voltada para a formação de cidadãos capazes de se posicionarem de maneira crítica, responsável, com atitudes de solidariedade, cooperação, repúdio às injustiças, bem como a formação de indivíduos que construam a noção de identidade nacional e pessoal, percebendo-se integrante e agente transformador do ambiente (BRASIL, 1998). Assim, nota-se a necessidade de revisão do ensino de História, tanto nos ensinos fundamental como médio, bem como da formação inicial e continuada dos professores da área.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História, algumas características são essências ao professor que atuará nessa área de conhecimento, tais como: utilizar várias fontes de documentos; distinguir entre a realidade e sua representação expressas nas fontes e aprofundar nos estudos culturais aproximando-se da Antropologia para entender os conceitos da cultura. O docente deve reconhecer a sua atuação na construção do saber histórico escolar ao selecionar, avaliar e ensinar História.

Se houver o cuidado com as questões do planejamento didático, o estudante entenderá e refletirá sobre seus valores, práticas do cotidiano, relacionando-as com a problemáticas históricas e transformações da sociedade e permanência. Portanto, os PCN de História apontam para a necessidade da aproximação do ensino da História, realizado nas escolas, das pesquisas teórico-científicas, realizadas na academia, a fim de evidenciar os fatos históricos, relacionados com a realidade social. Os objetivos do aprendizado de História devem ser direcionados para levar o estudante a compreender as problemáticas sociais contemporâneas; refletir sobre as relações passado, presente e futuro; utilizar fontes como material didático para compreender como a História foi escrita e explorar diferentes recursos: imagens, vídeos, filmes e entre outros, para pensarem em diferentes contextos da História.

Neste trabalho são apresentados dois planos de aula, um para ensino fundamental e outro para ensino médio, utilizando episódios do Telecurso de

História. Essa pesquisa se justificou por buscar trazer contribuições para os professores de História conhecerem algumas sugestões de como utilizar os vídeos do Telecurso para seus planejamentos das aulas de História no Ensino Fundamental e Médio.

Com o advento da internet, há muitos vídeos que podem ser úteis ao planejamento do professor de História, como por exemplo, as produções do Telecurso, que foram iniciadas em 1978. "Em 1995, foram criadas as salas de aula, em que o professor (mediador de aprendizagem) faz uso da Metodologia Telessala e que são equipadas com aparelhos de DVD/vídeo, TV, mapas, livros, dicionários e outros materiais didáticos" (TELECURSO, 2016). Desde então, muitas aulas foram atualizadas e outras foram criadas e "já foram implementadas cerca de 32 mil salas de aula no país, beneficiando mais de 7 milhões de estudantes" (TELECURSO, 2016).

Durante algumas aulas da UFT foi muito destacada a importância de abordar o ensino da cultura afro-brasileira na disciplina História e foi com esse interesse que foram identificados os vídeos do Telecurso sobre esse tema.

Este trabalho tem como objetivo geral, sistematizar dois planos de aula, um para o ensino fundamental e outro para o ensino médio, apoiados por vídeos do Telecurso de História. Dentre os objetivos específicos pensamos em:

- Elaborar revisão bibliográfica sobre a cultura afro-brasileira.
- Assistir as aulas do Telecurso e selecionar dois vídeos sobre a cultura afro-brasileira.
- Pesquisar estratégias de ensino e de aprendizagem para enriquecer os planos de aula.

Esta pesquisa qualitativa pode ser compreendida como exploratória pois, segundo Gil (2002) visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico e selecionado um livro eletrônico, chamado "Africanidades brasileiras e educação", editado pelo Ministério da Educação (MEC) /TV Escola (TRINDADE, 2013).

No capítulo 1, faremos uma síntese dos principais textos dessa publicação do MEC, enfatizando a Lei 10.639 de 2003, que altera a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

No capítulo 2, apresentaremos a discussão sobre ensino de História, planejamento e uso do vídeo, evidenciando os dois planos de aula elaborados. Finalizaremos a monografia com algumas considerações sobre o trabalho e meu próprio aprendizado durante o curso de Licenciatura em História.

CAPÍTULO 1: VISÕES SOBREO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Neste capítulo será apresentada uma revisão de estudos a partir do livro publicado pelo MEC/TV Escola chamado "Africanidades Brasileiras e educação", organizado a partir do material produzido pelo programa "Salto para o Futuro". O livro destacou as produções sobre o tema para evidenciar os 10 anos da Lei 10.639 de 2003, que veio para trazer a tona a discussão sobre desigualdades étnico-raciais. De acordo com Trindade, organizadora do livro:

[...] Sabemos e reconhecemos como importante aspecto de análise e intervenção a questão das desigualdades, dos preconceitos, dos estigmas e do racismo na escola. e sabemos também que esses processos não se limitam aos pretos e pardos (negros), mas a vários grupos: mulheres, indígenas, pessoas com deficiências, com necessidades especiais... (...) Lidar com isso é, portanto, uma escolha política, uma vez que também sabemos o quanto de invisibilização, de desconhecimento e de estereotipias existem com relação às histórias e culturas africanas e afro-brasileiras (TRINDADE, 2013, p.12)

Para a autora, a escola deve valorizar o patrimônio histórico-cultural criado pelos saberes africanos, que tem muito mais de 500 anos, tornando-se um espaço para que crianças, adolescentes e jovens possam conhecer e compartilhar esse repertório cultural.

Cunha-Júnior (2013) destaca uma proposta feita ao ministério público, na qual propunha a criação de uma escola destinada a meninos pretos e pardos, por considerar discriminatórias e excludentes as práticas que regiam (e regem) o ambiente escolar, prejudicando o aprendizado destes. O autor revela posteriormente, ser essa proposta de 1853, o que elucida uma preocupação já antiga com o tema. Afirma que os educadores e parte considerável da população ignora e marginaliza as especificidades dos afrodescendentes, negando sua importância à história do país e dando pouca relevância a temas pertinentes a estas.

Para Cunha-Júnior (2013), ainda há uma recusa em admitir/constatar a existência de um "racismo à brasileira", mascarado, mas que produz danos tão

devastadores à educação quanto as práticas de racismo escancaradas. Analisando o avanço do debate dos temas de interesse dos afrodescendentes, o autor aponta algumas ideias que barraram o avanço de discussão nesse campo. Uma delas é a "democracia racial", que, na visão do autor, impediu uma reflexão mais aprofundada sobre os temas. Outra ideia é a "miscigenação biológica" existente na nossa sociedade, que mascara as relações racistas que fomentaram e fundamentaram a sociedade.

Cunha-Júnior (2013) aponta que a partir das preocupações dos Movimentos Negros, da década de 70, com as problematizações sobre educação e relações interétnicas, surge uma geração de pesquisadores que abordam e discutem essas questões, introduzindo conceitos como africanidades e afrodescendência, os quais o autor aponta se referirem a um enfoque étnico. O autor aponta que o uso do termo africanidades brasileira ocorreu a partir de 1993, quando um grupo de professores se reuniu e dedicou-se a realização de uma disciplina que trabalhasse esse tema. No Brasil, segundo o autor, somos obrigados a pensar segundo e através de intelectuais brancos, que censuram o negro, o impedindo de pensar sem vetos e livremente. Exaltando o branco europeu, as formas de pensamento são importadas de lá e recopiadas aqui. O autor aponta que as" Africanidades brasileiras" são reprocessamentos "pensados, produzidos no coletivo e nas individualidades" (CUNHA-JÚNIOR, 2013, p.74) no novo ambiente no qual se inseriram. Nesse sentido, culturas de bases africanas adaptaram-se de modos diferentes variando segundo o contexto na qual se inseriram.

Santos (2013) aponta que a Lei 10.639/2003 representou um passo muito importante no sentido de promover práticas pedagógicas que englobem e valorizem a diversidade étnica do Brasil, deixando claro que a tão propagandeada democracia racial é ainda uma ilusão. Elucidando o processo de exclusão e inferiorizarão do negro, a autora recorre aos anúncios partidários expostos nos *outdoors*, mostrando que o negro é, muitas vezes, associado às campanhas de saneamento básico, alfabetização etc. Analisando a obrigatoriedade do ensino de História da África, a autora afirma a sua importância: alterando-se a ótica sobre a História africana, alterar-se-ia a ótica sobre a população negra no Brasil atual.

Ao traçar um retrospecto, Santos (2013) afirma que, desde 1940, o Teatro Experimental do Negro preocupou-se com uma educação que valorizasse a cultura e participação do negro. No entanto, a autora destaca que muitas vezes essa releitura crítica sobre a História da África é entregue nas mãos do professor de História, abstendo-se os demais de tais assuntos. Portanto, demonstra um certo receio quando ao otimismo da Lei nº 10.639/2003.

Lima (2013a) inicia sua abordagem, ressaltando ser mais fácil evitar a construção de um preconceito do que o combate a ele. Assim, faz outro destaque: a construção de uma identidade negra, e de um imaginário sobre os mesmos necessita de referenciais que, no atual momento, são fornecidos, em boa parte, através dos vídeos usados nas nossas salas de aulas. No entanto, a autora destaca que o repertório sobre afro-brasileiros é raro ou/e repleto de estereótipos. Enxergando a necessidade de se superar isso, a autora ressalta a inexistência de um silenciamento oficial, no qual se ignora uma formação adequada dos educadores bem como o fornecimento de matérias a ser usado.

Analisando o papeis desempenhados pelos afro-brasileiros nas filmagens, a Lima (2013a) aponta que são muitas vezes associados à imagem do escravo, do sofrimento. Segundo ela, não há problema em se retratar a escravidão; o problema está em reservar somente esse papel para eles, não problematizando essa concepção. Ela ainda destaca que, quando assume o papel principal, autores negros passam por um processo de branqueamento.

Para Lima (2013a), é de extrema importância que o filme seja problematizado, ou seja, o professor precisa contextualizar e debater o conteúdo e a forma como foi realizado. Assim, é importante que a formação do aluno e o debate o capacite a uma "desconstrução" do filme, tornando-o capaz de interpretar a realidade e munindo-se contra possíveis violências simbólicas que venham sofrer. A autora alerta que durante décadas os africanos foram retratados partindo-se de uma ótica europeia e branca: eram sempre personagens caricatos, violentos e estereotipados.

Rocha (2013) discute como a lei 10.639/03 tem influenciado o currículo e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, pontuando a sua importância

na consolidação de uma educação que desenvolva mecanismos para que todos se sintam acolhidos no meio escolar e ressalta como fundamental o apoio das secretarias de educação para a efetivação da lei.

Para traçar um panorama do tema, Rocha (2013) discorre sobre as lutas dos grupos negros que levaram as suas conquistas, enfatizando sua relação com o Estado. Pontua como a participação dos grupos negros foi essencial para grandes conquistas como a abolição da escravatura até leis que os amparam de forma digna, como a 10.639/03, lei essa que é um respaldo para que a educação de nosso país seja respeitosa em relação à história e cultura dos afrodescendentes. A política afirmativa visa uma educação igualitária e inclusiva, pois é consenso que nossa educação nas universidades é carente no que diz respeito a essa temática, refletindo os resultados na formação do professor que atuará na educação básica. O autor ressalta a importância do Movimento Negro na consolidação de políticas que afirmem a importância e o respeito para com a história dos negros.

Rocha (2013) traz também um breve histórico sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, destacando que elas foram construídas a partir de reuniões com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e membros de movimentos negros. Sua principal proposta é a superação de todo tipo de preconceito; o fortalecimento da consciência histórica e da diversidade e a formação do educador, como mediador, indo além das pontuações das diretrizes. Para o autor, tais diretrizes devem estar articuladas ao PPP, que é um norteador da rotina escolar com o objetivo de conter ações pedagógicas que incluam a todos. O PPP deve fazer relações da comunidade com o meio educacional, como um ambiente que preze pela democracia, no qual a exclusão seja uma pauta a ser superada e, sobre isso, o autor apresenta um exemplo desenvolvido em uma escola municipal na cidade de São Paulo.

Rocha (2013) conclui afirmando que a educação é o meio que a sociedade tem para a construção de um convívio igualitário e com oportunidades para todos sem exceção. O educador deve assumir esse compromisso, juntamente com as agendas que trabalhem uma mudança de

comportamento e postura na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito ao racismo. Indica que deve haver uma formação consciente e continuada dos educadores, incluindo a discussão sobre: construção de materiais pedagógicos; incorporação de uma educação conscientizadora; realização de ações pontuais de forma positiva e investimento nas formações e em todo o sistema educacional.

Lima (2013b) também faz considerações a partir da criação da lei 10.639/03, enfatizando a luta e a história dos movimentos negros no Brasil, luta que não se restringiu a poucos, por isso a importância de evidenciar a cultura africana no ambiente escolar. Destaca também que não há uma "receita pronta" para os trabalhos em sala de aula e que o professor, para além da sua formação de todas as áreas, deve sempre estar se atualizando.

A autora destaca que a lei contou com apoio da Associação Nacional de História (ANPUH), ou seja, não foi somente vontade de um governo, algo instantâneo, mas sim a vontade de várias partes da sociedade que buscaram inserir na educação, de forma legítima, parte de sua identidade. A autora aponta o ocultamento como sendo a principal forma de manifestação do preconceito, isto é, quando o currículo não mostra algo é porque quem está por trás da sua concepção quer controlar ou negar algo. Problematiza que, no caso, os negros ficaram à margem da História, devido ao eurocentrismo presente na História e o desejo de branqueamento da sociedade. Frente a isso, até hoje pode se apontar que professores em atuação não tiveram contanto com essa formação voltada à desmistificação dessas barreiras, sendo esse um problema que a lei almeja reparar. Para isso, afirma que as autoridades competentes devam ofertar meios para que essa formação docente juntamente com a efetivação da lei sejam postos em prática, para isso sugere a culminância em seminários, mesas-redondas, simpósios entre outros.

De forma crítica, Lima (2013b) questiona pontos referentes ao teor pedagógico da lei: quais abordagens a serem feitas; como; quais os objetivos e como alcançá-los? Para ela, não há "receitas prontas" ou modelos, o que seria até perigoso ao tratar dessa temática, pois se trata de campos absolutamente diferentes e que necessitam de cuidados diferenciados. Indica também a importância de se trabalhar com os movimentos sociais, para dar mais

propriedade à discussão, para que o conhecimento não fique restrito à produção que se tem em escolas e universidades. Cita alunos e diz que esses têm muito a dizer, mas o cuidado com o senso comum deve prevalecer nesse momento de troca de informações.

Lima (2013b) apresenta algumas sugestões de como trabalhar o tema, desde o ensino fundamental. Nas séries iniciais o educando pode ter contato com as lendas, contos e com a presença africana na cultura. No segundo ciclo do ensino fundamental, destaca que a experiência pode se dar por meio de conteúdos mais precisos, evidenciando a grandiosidade das comunidades e povos da antiguidade na África, questionando também os processos de mudanças dos povos africanos, para o resto do globo. No ensino médio, a proposta deve ser a de desconstrução dos preconceitos vinculados aos negros, trabalhando a desigualdade vinculada aos negros no Brasil. Portanto, no ensino de História da África é crucial propiciar aos educandos uma visão das aproximações e diferenciações entre esse encontro de culturas e povos e, para isso a autora também ressalta a importância da formação do professor para realizá-las. Sobre isso, de acordo com Santana

[...] existe a falta de articulação entre teoria e prática na formação docente, isto porque nós, professores(as) de um Brasil colonizado por europeus, colocamos entre parênteses nossa pertença africana e repetimos a nossas crianças o que nos foi ensinado, que essa pertença é demoníaca, atrasada e inferior (SANTANA, 2013, P. 117).

Como vimos, os artigos publicados no livro "Africanidades Brasileiras e educação" destacam que a cultura afro-brasileira deve ser trabalhada nas escolas e por todos aqueles que fazem parte do sistema educacional principalmente pelos professores do ensino de História para que, nos ambientes escolares, possam diminuir as discriminações, preconceitos e racismo direcionados aos alunos negros e negras da sociedade brasileira. A partir dessa problematização, pensamos que seria importante oferecer aos professores sugestões de como abordar no planejamento do ensino de História as discussões étnico-raciais, a partir do uso dos vídeos do Telecurso.

CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO DO ENSINO: QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS EM DESTAQUE

Neste capítulo, vamos abordar o uso dos vídeos do Telecurso no planejamento de ensino de História, para trabalhar as temáticas étnico-raciais nos ensinos fundamental e médio. De acordo com Moran (1995), pesquisador na área de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação, o uso do vídeo na sala de aula pode contribuir no processo-aprendizagem dos alunos e trabalhar com essa dinâmica auxilia os professores a chamarem a atenção dos alunos para sala de aula. O autor sugere começar a exibir vídeos mais simples, próximos da sensibilidade dos alunos e que atraem a atenção deles e depois os mais artísticos e complexos, aqueles que ajudam os discentes a localizarem, por exemplo, os tempos históricos, que retratam temáticas distantes da realidade deles como de outros países.

Além disso, Moran (1995) afirma que o professor é livre para fazer seu próprio vídeo como gravar suas aulas, registrar eventos, registrar o que for mais relevante para facilitar na sua aula, ou seja, torna um material didático. Segundo Moran, a escola poderá desenvolver programas interdisciplinares com os alunos, escolhendo determinada disciplina e planejando pesquisas para que registrem, através de vídeo, materiais informativos, com isso os incentivará a participarem mais das aulas, devido que essas práticas estão mais próximas das realidades deles.

Ao falar de uso do vídeo na sala de aula, imediatamente deve vir em mente a necessidade do planejamento do ensino, para que os objetivos dessa exibição fiquem claros. Para Lopes (2005), o planejamento de ensino se traduz pela ação pedagógica direcionada aos educandos, buscando transformá-los. Entretanto, a autora afirma que esses possuem uma experiência que não pode ser ignorada pelo professor, ou seja, em um processo educativo transformador, o objetivo deverá estar voltado à elaboração e produção de conhecimento. Portanto, a questão do planejamento de ensino não poderá ser compreendida de maneira mecânica, desvinculada da escola e da realidade histórica das suas turmas.

Ao realizar os dois planos de ensino sobre as questões brasileiras étnico-raciais, pensamos no uso dos vídeos do Telecurso, como forma de motivar tal discussão. Daysi Lange e Eliane Rela, em seu artigo *Tecnologia digitais no ensino de História: concepções de ensinar e aprender através do formato Telecurso*, evidenciam que, em um primeiro momento, o objetivo do Telecurso no Brasil foi oferecer a oportunidade para os estudantes jovens e adultos de municípios e comunidades distantes que se atrasaram nos estudos. Esse fato se aproximou muito da minha história de vida, ao cursar a educação de jovens e adultos para concluir a educação básica.

As aulas do Telecurso de História têm por objetivo mostrar as definições do conceito de História, o trabalho do historiador; analisar os fatos históricos que não são apenas documentos escritos, mas também são registrado nas imagens, fontes orais na arte etc. Os vídeos ressaltam que a História não é somente fatos que ocorreram no passado, mas é construída por cada um de nós a cada momento, pois todos somos sujeitos históricos, ou seja, a História não se resume aos feitos dos "grandes heróis".

Para Bittencourt (2011), as críticas que pairam sobre o ensino de História se relacionam a sua tradicionalidade como, por exemplo, a falta de dinâmicas e atrativos, baseando-se na personificação de grandes figuras para criar uma identidade nacional. Para isso defende que novas metodologias de ensino sejam adotadas, nas quais professores e estudantes passam a serem vistos como personagens que devem ter um olhar crítico sobre o ensino de História.

Bittencourt (2011) também destaca o papel do livro didático como um disseminador de ideias e de políticas, ressaltando que falta uma abordagem da história dos afrodescendentes e indígenas, como parte uma memória apagada que se tenta recuperar. Para ela, o ensino passa por transformações de acordo com as mudanças no currículo e, com isso o ensino de História pode se tornar um aliado na construção de identidades. Entretanto, dependendo da vontade política, pode enaltecer líderes e criar heróis.

A partir da ideia de que o ensino de História possa contribuir com a construção de identidades, foram selecionadas duas aulas do Telecurso para o desenvolvimento do planejamento de ensino.

A Teleaula 17 (15 minutos), para o ensino fundamental, trouxe o tema "O Brasil e o Mundo Atlântico". O vídeo é iniciado com uma contextualização pelas ruas da cidade de São Paulo, tendo exemplo o Largo 13 de maio, uma repórter pergunta aos pedestres qual o significado do nome da localidade, ao que alguns dizem não saber; outros indicam que deva ser uma homenagem ao dia que se comemora a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Ao fim do questionamento a repórter inicia uma explanação sobre a escravidão no fim do século XIX, na qual a liberdade já era considerada um direito natural do ser humano que advinha das ideias dos pensadores iluministas, comentando que o Brasil foi um dos últimos países a aderirem à abolição da escravatura nas Américas.

Na sequência da Teleaula, é iniciada uma conversa entre uma estudante e um senhor, discutindo os caminhos que levaram ao fim da escravidão no Brasil, e como isso foi possível e o porquê da demora do fim desse processo. Há indicadores de que a escravidão era responsável por parte da economia brasileira naquele período e é questionado também como o país se tornou independente com uma constituição que garantia o direito de liberdade e mesmo assim permitia a escravidão, ao que é justificado por outra lei que garantia o direito de propriedade. Em 1850, depois de muita pressão internacional, foi proibido o tráfico negreiro no Brasil, o que gerou descontentamento entre os grandes fazendeiros principalmente de café, com isso o preço interno de escravos aumentou de forma considerável.

Outras duas leis são destacadas na Teleaula, em 1871, Lei do Ventre Livre, e em 1885, Lei dos Sexagenários, fazendo a escravidão perder força. A partir de 1887, as fugas se generalizaram, muitos fazendeiros já optavam por dar alforria a seus escravos, nesse período já existiam muitos escravos livres no Brasil. Foi no século XIX que o movimento abolicionista ganhou força no Brasil, composto por poetas, políticos, advogados, escritores, jornalistas que fundaram clubes nas maiores cidades do país para traçarem estratégias que ajudassem no fim da escravidão. O vídeo é concluído com uma breve revisão,

destacando a importância das ideias iluministas, dos clubes de alforria e da participação ativa dos negros nos processos que levaram ao fim da escravidão.

O fato de o vídeo ter apenas 15 minutos é algo que favorece no planejamento das aulas, porque cada uma tem a duração de 50 minutos, então é possível exibi-lo e fazer a discussão, conforme a sugestão do plano de aula, para o 9o ano do ensino fundamenta, apresentado a seguir.

Eixo Temático	História das relações sociais, da cultura e do trabalho	
Conteúdo	Abolição da escravidão no Brasil: resistência e luta negra	
Objetivos específicos	 Identificar alguns fatos históricos que contribuíram para a abolição da escravidão no Brasil, com ênfase no movimento de luta dos negros. Compreender a importância dos movimentos de resistência e de luta dos negros para a História do país. Relacionar o respeito às diferenças com a luta contra as desigualdades. Valorizar a história, a cultura e o direito à cidadania dos povos afro-brasileiros. 	
Metodologia	 Iniciar com alguns questionamentos: O que a turma pensa sabe sobre os povos afro-brasileiros na atualidade? O que vem a cabeça deles quando se fala em escravidão no Brasil? 	

- O que aprenderam nas séries anteriores sobre a escravidão negra?
- O que eles pensam sobre a conquista de direitos por parte dos negros, se sabem dessas conquistas?
- O que ouvem falar na televisão, jornais, rádio etc. sobre os povos afro-brasileiros?
- A partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, fazer uma breve explanação sobre o movimento abolicionista no Brasil.
- Assistir a videoaula sobre o movimento abolicionista no Brasil.
- Após assistir a videoaula, fazer uma explanação em conjunto com os alunos sobre o que foi visto, discutindo os aspectos históricos e culturais:
 - Recorte temporal
 - Localização de acontecimentos
 - Principais líderes (observar como o vídeo trata a resistência e luta negra)
 - Costumes e práticas da época
 - Principais eventos

2^a aula

- Continuar a discussão sobre a abolição da escravidão no Brasil,
 a partir dos aspectos históricos e culturais levantados pela turma.
- Dividir a turma em grupos para prepararem uma apresentação com uso de cartolinas com gravuras e tópicos que referenciem o que foi discutido em aula.

3^a aula

- Apresentar um mapa, situando onde começaram os movimentos que defendiam a abolição no Brasil.
- Iniciar as apresentações dos grupos. Durante as apresentações, o professor de fazer intervenções, destacando a importância do respeito às diferenças da luta contra as desigualdades.

4^a aula

 Finalizar as apresentações dos grupos. Ao final, o professor deve fazer a síntese do tema, destacando a relevância da história, da cultura e do direito à cidadania dos povos afro-brasileiros.

Cada grupo deverá elaborar um relatório, destacando a experiência das duas aulas e o que consideraram interessante e que vão levar para a vida.

Recursos didáticos

Livro didático, iconografias, mapa do Brasil, teleaula, lousa, cartolina, cola, revistas, canetas, pinceis.

Avaliação

Será feita de forma contínua, observando os seguintes aspectos:

- Participação dos estudantes em sala e o seu envolvimento nas atividades propostas.
- Assimilação de conteúdos e articulação com o contexto onde vivem.
- Envolvimento nas atividades em grupo.

Será atribuída uma nota para as apresentações das cartolinas e redação do relatório.

Bibliografia e materiais complemen-tares

SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História** - 8º ano. 3. ed. –São Paulo: Escala Educacional, 2012. – (Coleção por dentro da História).

Telecurso – Ensino Fundamental – História – Aula 17. Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=lwi_pNaWOvc. Acesso em 14 de setembro de 2016.

Abolição da Escravatura nas Obras Didáticas de História do Final do Século XIX e Início do Século XX: Memórias, Historiografia e Poder - Fabiany Glaura Alencar e Barbosa):

http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/v7n12011/pdf/001_A_Abolicao_da_Escravatura_nas_obras_didaticas.pdf

Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos - Wander de Lara Proença:

http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/wander.PDF

A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918) - Fabiany Glaura Alencar e Barbosa:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11642/1/2012_FabianyGlauraAlencareBarbosa.pdf

Lopes (2005) destaca que o planejamento deve ser visto como um instrumento de melhoria da ação docente, ou seja, não pode se caracterizar apenas como uma obrigação burocrática que exija apenas conhecimentos técnicos de como fazê-lo. Um planejamento crítico envolve o compromisso do professor com o currículo e com a turma para alcançar as finalidades da educação expostas, por exemplo, no projeto político pedagógico (PPP) da escola e na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. No artigo 3º da LDB, aponta que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio "consideração com a diversidade étnico-racial" (BRASIL, 1996) e, foi pensando nesse princípio que os planos foram elaborados.

A teleaula 13, do ensino médio, inicia-se com uma repórter nas ruas, perguntando se as pessoas sabem a procedência de uma escultura. Sendo essa de origem africana, os entrevistados lhes atribuem origem asiática, americana, baiana e também africana como de fato é. A repórter faz uma introdução ao que vai ser discutido, indicando que será verificado o que sabemos sobre o continente africano no período medieval. Logo, é apontado que o continente foi o centro de grandes civilizações, como a egípcia e considerada a terra do ouro pelos europeus. Teve grande desenvolvimento o reino de Kush, a cidade de Cartago e o Egito que fica no norte do continente e

sua expansão econômica teve bastante contato com outras regiões do continente. É narrado que foi também na África onde surgiram os primeiros seres humanos e primeiras organizações humanas como família, por isso também considerada o berço da humanidade. Reforça-se a pergunta sobre o que sabemos sobre a África na antiguidade e período medieval, e o porquê sabemos tão pouco. Indica-se que vemos nos nossos livros que a África é um continente que exportou escravos para trabalhar nas Américas, mas que isso é apenas uma visão.

No decorrer do vídeo, é indicada a importância dos povos bantos e sua língua para o desenvolvimento de várias regiões, e da expansão do Islã, mostrando que a África possui um passado rico e importante para a história que pouco conhecemos. A teleaula segue com a visita de dois jovens a um museu de cultura africana e afro-brasileira, no qual constatam que existe uma imensidão de cultura naquele continente e que atravessaram o oceano até nosso país, mesmo assim o que se tem em pauta na maioria das vezes é a imagem dos problemas sociais que acontecem por lá.

A aula tem uma participação do africanista Kabengele Munanga, que explana que existe um preconceito e uma questão ideológica que envolve a narrativa africana na educação brasileira, destaca também que a justificativa usada para colonizarem o continente foi de que lá existia um vazio cultural e, para que essa visão seja superada, é necessário resgatar a história de todos os povos que ajudaram na construção do Brasil enquanto nação.

A teleaula volta a abordagem sobre os séculos IX e XV d.C, nos quais surgiram importantes reinos na região conhecida como Sudão Ocidental, Gana, Mali e Songai que controlavam todas as rotas comerciais locais, fazendo negócios com diferentes partes do mundo, havendo assim uma troca de tecnologias e conhecimentos. Foi apresentado o exemplo de várias palavras de origem banto que vieram com nossos antepassados africanos para a nossa cultura. Concluindo, é verificado que nossa educação sempre foi eurocêntrica, mas que há meios para que haja mudanças e isso pode começar partindo pelos educandos em querer saber mais e pesquisar sobre o continente.

A partir dessa teleaula, buscamos elaborar uma sugestão de plano de aula para a 1ª série do ensino médio, enfatizando a importância da discussão sobre pluralidade cultural. Para uma educação de qualidade, que acolha a diversidade, os educadores precisam incentivar suas turmas a compreenderem que os diferentes grupos étnico-raciais contribuem para a formação da identidade cultural da nação brasileira.

Eixo Temático	Cidadania e liberdade
Conteúdo	A África antes do século XV: sociedade e cultura
	 Analisar os principais aspectos da História da África durante antes do século XV. Compreender como era o continente africano na idade média e sua participação com o mundo. Entender o porquê da História da África ser tão pouca estudada. Compreender a importância de estudar a História da África e suas contribuições para a construção do Brasil. Identificar algumas das permanências culturais em nossos costumes, vindos de berço africano.
Metodologia	 1ª aula Questionar o que a turma pensa sobre o continente africano nos dias de hoje. Assistir a teleaula e solicitar aos estudantes que destaquem as principais ideias identificadas no vídeo. Como dever de casa, solicitar que façam uma pesquisa sobre algumas permanências, relacionadas às práticas da África medieval que influenciam e/ou influenciaram na cultura brasileira.

2^a aula

- Discutir os resultados da pesquisa realizada.
- Utilizar o mapa para localizar o continente africano.
- Iniciar uma discussão para verificar qual o entendimento de tempo histórico, cultura, liberdade, preconceito e cidadania que os estudantes têm.
- Solicitar que manifestem suas ideias sobre a importância de se trabalhar a história da África.

3^a aula

 Ir até a biblioteca e laboratório de informática da escola para a realização de <u>pesquisa</u>, procurando responder <u>por que pouco se</u> estuda sobre a História da África?

_A partir das respostas obtidas, dividir a turma em grupos e solicitar que organizem ações artísticas, que podem ser elaboração de poema, música ou uma pequena peça teatral levando em consideração o que foi discutido em aula e com a teleaula. Outra sugestão seria uma apresentação de um jornal para noticiar as informações encontradas nos livros sobre a História da África.

4^a aula

- Apresentar as ações artísticas. O professor deve fazer intervenções destacando a importância de estudar a História da África e suas contribuições para a construção do Brasil.
- Durante a discussão, problematizar a questão dos preconceitos raciais.

5^a aula

 O professor deve destacar para importância de trazer para a sala de aula temas que discutam a pluralidade cultural de nosso país, que reflitam a importância da consciência cidadã que a escola deve desenvolver em seus alunos.

Solicitar que cada estudante elabore um texto, contendo as principais reflexões realizadas durante as aulas, enfatizando seus argumentos sobre preconceito e discriminação racial.

Recursos didáticos Avaliação	Livro didático, iconografias, teleaula, lousa, revistas, canetas, pinceis, laboratório de informática, biblioteca e mapa. Será feita de forma contínua, observando os seguintes aspectos: • Participação dos estudantes em sala e o seu envolvimento nas atividades propostas. • Assimilação de conteúdos e articulação com o contexto onde viem • Envolvimento nas atividades em grupo. • Será atribuída uma nota para as apresentações ações artísticas e produção textual individual.
Bibliografia e materiais complemen-tares	 COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral – 1º ano. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Telecurso – Ensino Médio – História – Aula 13. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hSDhPrMz7IQ. Acesso em 14 de setembro de 2016.
	Acesso em 14 de setembro de 2016.

No decorrer da elaboração dos planos, foram consideradas algumas etapas fundamentais e, quando algum professor for utilizar essas duas sugestões criadas precisam perceber que cada etapa deve ser concebida de forma inter-relacionada. Na visão de Lopes (2005), podemos identificar cinco etapas:

- a) Diagnóstico da realidade do estudante/escola, visto como um processo integrador da escola com o contexto social, em busca de aprendizagem voltada para a formação de pessoas críticas e questionadoras.
- b) Definição dos objetivos, voltados para a elaboração e produção do conhecimento, priorizando a reflexão, curiosidade, investigação e criatividade.
- c) Seleção dos conteúdos, cujo critério deva ser a articulação com a realidade sociohistórica dos estudantes, com a finalidade de transformação da sociedade.

- d) Procedimentos metodológicos que favoreçam a participação ativa dos estudantes, em que possam revelar suas expectativas; saber o porquê estão na escola; qual seu projeto de vida e ajudar na compreensão de sua linguagem e aspiração.
- e) Avaliação caracterizada como formativa e continuada, com o foco na qualidade da reelaboração e produção de novos conhecimentos pela turma.

As duas sugestões elaboradas podem ser consideradas pontos de partida para que os professores tenham algumas ideias de como fazer um planejamento sobre questões afro-brasileiras. Lopes (2005) reforça que a ação de planejar deve envolver todos os agentes envolvidos no processo educacional, viabilizando, por exemplo, ações interdisciplinares. Além disso, outra diretriz importante é a necessidade de priorizar a articulação teoria e prática, partindo da realidade concreta dos estudantes a fim de que ampliem sua visão de mundo.

Acreditamos que o uso de episódios do Telecurso, articulado com o planejamento, pareceu-nos uma sugestão interessante para auxiliar nessas problematizações, pois em pouco tempo é possível comunicar diferentes informações relevantes sobre tema, de forma dinâmica e a linguagem televisiva é algo que chama a atenção das nossas crianças e jovens.

Consideramos que a escola é um espaço de exercício da diversidade que interfere na construção de identidades sociais, a partir do compartilhamento de valores, crenças e hábitos. Portanto, é um espaço muito rico para que as bases da humanização sejam fortalecidas, nas quais os preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade devem ser fragilizados a ponto de serem extintos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou evidenciar a importância do planejamento do ensino, que deve estar articulado com as legislações educacionais e o PPP da escola. Ao planejarmos, devemos nos aproximar das finalidades da educação, dos princípios que fundamentam o PPP escolar e dos objetivos e compromissos do professor. Nos planejamentos para as aulas de História apresentados, procuramos destacar que nossa memória é essencial para a construção da nossa identidade, portanto é importante propiciar uma formação adequada que dê visibilidade a História afro-brasileira.

Compreendemos que uma das formas de superação do preconceito e discriminação étnico-racial é através do conhecimento. Assim, torna-se fundamental o planejamento de ações pedagógicas na educação básica, que abram espaços para a reflexão sobre a história e culturas africanas; a importância do respeito às diferenças e o combate aos estereótipos que, muitas vezes, são responsáveis pelas manifestações de desigualdades sociais.

Concluímos que o ato de planejar não é uma atividade neutra, por isso o tempo todo o professor precisa se perguntar: que sujeito eu quero formar? Por que a seleção de conteúdos que abordem as questões afro-brasileiras são importantes? Quais são as representações sobre o negro presentes na escola?

Esta monografia expressa, de forma singela, uma pequena contribuição para o ensino de História, enfatizando as questões afro-brasileiras. Sei que há muitos elementos que não foram contemplados nessa discussão tão complexa, mas considero um ponto de partida para que outros colegas possam dar continuidade na discussão do tema. Para mim, foi muito importante fazer este trabalho, pois pude aprender um pouco mais sobre o ensino de História da África. Além disso, pude vivenciar a alegria de vê-lo concluído a partir da solidariedade de tantos colegas que me auxiliaram para que ele se concretizasse.

Ao chegar ao final de mais um ciclo, durante minha trajetória acadêmica, na Universidade Federal do Tocantins, tive o privilégio de participar de eventos com grandes riquezas de informações e conhecimentos, simpósios, palestras,

mesas-redondas, que contribuíram para ampliar meus conhecimentos aumentando meu interesse na História.

Ao lembrar os anos que já vivi me veio à mente como era a educação em termos gerais, as escolas públicas tinham regime militar, os alunos eram submetidos aos castigos da palmatória, a posição de continência era obrigatória nas escolas etc. Essas lembranças estão vivas na minha memória e não podem ser vistas como uma coisa nostálgica, mas como forma de pensar o passado para se pensar no presente e no futuro.

Como parte de meu aprendizado compreendi que aprender e ensinar faz parte da existência humana, sendo assim a educação é a grande base para alcançamos nossos sonhos. Acreditei nesse sonho de terminar o ensino superior e, agora estou aqui, terminando este trabalho e só tenho a agradecer a cada professor e professora que compreendeu minha história de vida, e cada colega que me auxiliou no decorrer do curso para que eu pudesse realizar esse meu grande sonho!

REFERENCIAS

BRASIL. **LDB (1996)**. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/I9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2014.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Abordagens Históricas Sobre a História Escolar**. *Educ.Real*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 83-104, jan/abr, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História**: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

LANGE, Daysi; RELA, Eliana. Tecnologias digitais no ensino de História: concepções de ensinar e aprender através do formato Telecurso. **Revista Latino-Americana de História:** PPGH-UNISINOS, v.2, N.6, p.662-683, ago, 2013.

LIMA, Heloisa Pires. O espaço dos vídeos na sala de aula: a difusão de mensagem sobre afro-brasileiros. In: TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: MEC/TV Escola, 2013a.

LIMA, Mônica. Enfrentando os Desafios: a história da África e dos africanos no Brasil na nossa sala de aula. In: TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013b. cap. 13, p. 301-306.

LOPES, Antonia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). **Repensando a Didática.** 22.ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. In:_____. Comunicação e Educação. São Paulo: 1995. p. 28-35.

ROCHA, Lauro Cornélio da. As relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira e o projeto político-pedagógico. In: TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: MEC/TV Escola, 2013. cap. 7, p. 119-130.

SANTANA, Marine. O legado africano e a formação docente. In.: TRINDADE, Azoilda Loretto(org.). Africanidades brasileiras e educação: Salto Para o Futuro. Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Bel. A Lei n. 10.639/2003 altera a LDB e o olhar sobre a presença dos negros no Brasil e transforma a educação escolar. In: TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: MEC/TV Escola, 2013.

TELECURSO. **Histórico do Telecurso**. Disponível em: http://educacao.globo.com/telecurso/noticia/2014/11/historico.html. Acesso em 8 abr. 2016.